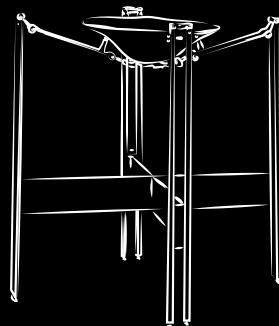


TÓPICOS SOBRE ARQUITETURA MODERNA: ampliando o debate e a reflexão sobre sua difusão, 1930-1980

• • • • •



PROJETO GRÁFICO
Ana Carolina Buim

EDITORAÇÃO
Fernando Guillermo Vázquez Ramos
Ana Carolina Buim
Cristina Silveira Melo
Jéssica Helena Braga Nemeti

TÓPICOS SOBRE ARQUITETURA MODERNA:

**ampliando o debate e a
reflexão sobre sua difusão,
1930-1980**

(ORG) Fernando Guillermo Vázquez Ramos; Mirthes Baffi; Andréa de Oliveira Tourinho; Cristiane Kröhling Pinheiro Borges Bernardi; Eneida de Almeida; Lucio Gomes Machado; Maria Isabel Imbronito; Miguel Antonio Buzzar; Ana Carolina Buim; Cristina Silveira Melo; Daniel Luiz Vieira Carcavalli; Diego Petrini Pinheiro; Franklin Roberto Ferreira de Paula e Jessica Helena Braga Nemeti.

(INSTITUIÇÕES ORGANIZADORAS) Núcleo Docomomo São Paulo; Programa de Pós-Graduação stricto sensu em Arquitetura e Urbanismo Universidade São Judas Tadeu.

(PROJETO GRÁFICO) Ana Carolina Buim.

(EDITORAÇÃO) Fernando Guillermo Vázquez Ramos; Ana Carolina Buim; Cristina Silveira Melo e Jéssica Helena Braga Nemeti.

**FORMATO DIGITAL,
2020. SÃO PAULO.**

ISBN: 978-65-00-14760-5

Este livro é um dos produtos resultantes do 7º Seminário Docomomo São Paulo, 2020. Formado por 19 trabalhos, selecionados especialmente para esta edição pela Comissão Científica do evento, foi organizado pela Comissão Organizadora como uma prolongação das atividades, e da temática, do Seminário.

- **Notas sobre a imagem de capa:** detalhe da Fábrica Hering de Santa Cantarina. Sem data. Arq. Hans Broos. Fonte: Acervo Hans Broos.
- Os croquis da obra de Hans Broos foram desenhados para este livro digital pela Arqta. Ana C. Buim em 2020.
- **© Todos os direitos reservados**
 - © da edição ao Núcleo Docomomo São Paulo e ao Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Arquitetura e Urbanismo de Universidade São Judas Tadeu
 - © dos textos, aos autores
 - © das imagens, aos autores

O conteúdo deste livro digital não pode ser reproduzido em parte ou por completo sem uma solicitação expressa feita aos autores.

 <https://www.nucleodocomomosp.com.br/>

 [docomomo.sp](https://www.instagram.com/docomomo.sp)

 Núcleo Docomomo-SP

 Informações, através do e-mail:
nucleo.docomomo.sp@gmail.com | pgaur@usjt.br

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Tópicos sobre arquitetura moderna [livro eletrônico] : ampliando o debate e a reflexão sobre sua difusão, 1930-1980. – São Paulo : Núcleo Docomomo São Paulo, 2020.

PDF

Vários autores.

Vários organizadores.

ISBN 978-65-00-14760-5

1. Arquitetura - Conservação e restauração 2. Arquitetura moderna 3. Arquitetura Moderna - Brasil.

20-53160

CDD-720.981

Índices para catálogo sistemático:

1. Arquitetura moderna : Brasil 720.981

Cibele Maria Dias - Bibliotecária - CRB-8/9427



ORGANIZAÇÃO

Núcleo Docomomo São Paulo;
Programa de Pós-Graduação stricto
sensu em Arquitetura e Urbanismo da
Universidade São Judas Tadeu (PGAUR/
USJT, São Paulo-SP).

COMISSÃO CIENTÍFICA

Ademir Pereira dos Santos (UNITAU, BELAS ARTES)
Adriane de Freitas Acosta Baldin (BELAS ARTES)
Aline Nassaralla Regino (BELAS ARTES; FAU-UPM)
Ana Elena Salvi (UNIP)
Ana Paula Koury (PGAUR/USJT)
Andréa de Oliveira Tourinho (PGAUR; USJT)
Anna Beatriz Ayrosa Galvão (AEC)
Antonio Soukef (UNIVAG)
Audrey Migiliani (USTJ; ARCHDAILY)
Cristiane Kröhling Pinheiro Borges Bernardi (UNIP ARARAQUARA)
Cristina de Campos (PGAUR/USJT; UNICAMP)
Claudio Silveira Amaral (PGAUR; USJT)
Dalva Thomaz (DPH)
Eneida de Almeida (PGAUR; USJT)
Felipe Contier (FAU-UPM)
Fernanda Critelli (UPM; ROMANO GUERRA ED.)
Helio Herbst (UFRJ)
Hugo Massaki Segawa (FAU-USP)
Luciana Brasil (USJT; UPM)
Lucio Gomes Machado (FAU-USP)
Luis Octávio de Faria e Silva (PGAUR; USJT)
Marcio Cotrim (UFBA)
Maria Beatriz Camargo Cappello (UFU)
Marianna Ramos Boghosian Al Assal (ESCOLA DA CIDADE)
Miguel Antonio Buzzar (IAU-USP)
Mônica Junqueira de Camargo (FAU-USP)
Paulo Y. Fujioka (IAU-USP)
Renato Luiz Sobral Anelli (IAU-USP)
Ruth Verde Zein (FAU-UPM)
Sergio Matera (USJT; SENAC)
Sílvia Raquel Chiarelli (UNIESI; UNIMOGI-FMG)
Taís Ossani (UPM)
Walter Pires (DPH)

COMISSÃO ORGANIZADORA

Fernando Guillermo Vázquez Ramos, **Presidente** (PGAUR/USJT, DOCOMOMO)
Mirthes Baffi, **Secretária executiva** (DOCOMOMO)
Andréa de Oliveira Tourinho (PGAUR/USJT, DOCOMOMO)
Cristiane Kröhling Pinheiro Borges Bernardi (UNIP ARARAQUARA)
Eneida de Almeida (PGAUR/USJT, DOCOMOMO)
Lucio Gomes Machado (FAU-USP, DOCOMOMO)
Maria Isabel Imbronito (PGAUR/USJT)
Miguel Antonio Buzzar (IAU-USP, DOCOMOMO)
Ana Carolina Buim (PGAUR/USJT, DOCOMOMO)
Cristina Silveira Melo (PGAUR/USJT)
Daniel Luiz Vieira Carcavalli (PGAUR/USJT, DOCOMOMO)
Diego Petrini Pinheiro (PGAUR/USJT)
Franklin Roberto Ferreira de Paula (ENIAC, PGAUR/USJT)
Jessica Helena Braga Nemeti (PGAUR/USJT)

ArchDaily

Associação Escola da Cidade
(AEC, SÃO PAULO-SP)

Curso de Arquitetura e Urbanismo
da Universidade Estadual
Paulista Júlio de Mesquita Filho
(UNESP, BAURU-SP E PRESIDENTE
PRUDENTE-SP)

Curso de Arquitetura e Urbanismo
da Universidade Municipal de
São Caetano do Sul (USCS, SÃO
CAETANO DO SUL-SP)

Curso de Arquitetura e Urbanismo
da Universidade de Taubaté
(UNITAU, TAUBATÉ-SP)

Curso de Arquitetura e Urbanismo
de Universidade São Judas Tadeu
(USJT, SÃO PAULO-SP)

DOCOMOMO Brasil

Escola de Construção do Centro
Universitário ENIAC

Faculdade de Arquitetura e
Urbanismo da Universidade
Presbiteriana Mackenzie (FAU-UPM,
SÃO PAULO-SP)

Grupo de Pesquisa "Arquitetura
Moderna e Sociedade Brasileira"
(UEM/UEL, MARINGÁ-PR)

Grupo de Pesquisa: "ArtArqBr -
Arte e Arquitetura, Brasil" (IAU-USP,
SÃO CARLOS-SP);

Grupo de Pesquisa: "Paisagem,
Território e Cultura" (UNITAU,
TAUBATÉ-SP);

Grupo de Pesquisa: "Projeto,
Arquitetura e Cidade" (UNESP,
PRESIDENTE PRUDENTE-SP);

Instituto de Arquitetos do Brasil,
Departamento São Paulo (IAB-SP);

Instituto de Arquitetura e
Urbanismo da Universidade de São
Paulo (IAU-USP, SÃO CARLOS-SP);

Portal Vitruvius (ARQUITEXTOS);

Programa de Mestrado acadêmico
em Arquitetura e Urbanismo da
Faculdade de Arquitetura, Artes
e Comunicação da Universidade
Estadual Paulista (UNESP, BAURU-SP);

Programa Associado de Pós-
graduação em Arquitetura e
Urbanismo da Universidade Estadual
de Maringá e Universidade Estadual
de Londrina (UEM/UEL, MARINGÁ-PR).

do_co_mo_mo_
brasil | núcleo são paulo

sãojudas' | PPS
pesquisa & pós-graduação
estricto sensu | arquitetura
e urbanismo

APOIOS

do_co_mo_mo_
brasil

arch daily vitruvius

iu instituto de arquitetos
do brasil - departamento
de são paulo

escola da cidade BELAS ARTES

M Faculdade de
Arquitetura e Urbanismo

unesp arq soc

ESCOLA DE CONSTRUÇÃO ENIAC UNITAU

PU PPGARQ

USCS

sãojudas'

ENTRE GRITOS DE “CANALHA” E PAINÉIS PRÉ-FABRICADOS: DESAFIOS PARA O RECONHECIMENTO E SALVAGUARDA DO CONJUNTO RESIDENCIAL DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO COMO PATRIMÔNIO CULTURAL UNIVERSITÁRIO

*BETWEEN CRIES OF “SCOUNDREL” AND
PREFAB PANELS: CHALLENGES FOR LISTING
AND CONSERVING UNIVERSITY OF SÃO
PAULO DORMITORIES AS A CULTURAL
HERITAGE ASSET*

*ENTRE GRITOS DE “CANALLA” Y PANELES
PREFABRICADOS: DESAFÍOS PARA EL
RECONOCIMIENTO Y SALVAGUARDA
DEL CONJUNTO RESIDENCIAL DE LA
UNIVERSIDAD DE SÃO PAULO COMO
PATRIMONIO CULTURAL UNIVERSITARIO*

FERNANDES, GABRIEL DE ANDRADE.

Mestre e doutorando em Arquitetura e Urbanismo. Especialista em laboratório no Centro de Preservação Cultural da Universidade de São Paulo e doutorando na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. gaf.arq@usp.br

BARBOSA, JOÃO PEDRO. Aluno de graduação de Ciências Sociais na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Estagiário no Centro de Preservação Cultural da Universidade de São Paulo. joao2.barbosa@usp.br

CARVALHO, BEATRIZ BARSOUIMIAN. Aluna de Arquitetura e Urbanismo na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. Estagiária no Centro de Preservação Cultural da Universidade de São Paulo. beatriz.barsoumian.carvalho@usp.br

Resumo

O Conjunto Residencial da Universidade de São Paulo (Crusp) constitui um dos mais relevantes complexos arquitetônicos da Universidade de São Paulo: inaugurado parcialmente em 1963, trata-se de uma experiência pioneira no Brasil em pré-fabricação em larga escala para produção de habitação a partir de uma abordagem arquitetônica e urbanística marcadamente moderna. Em função de suas características arquitetônicas e da relação afetiva que gerações de ex-moradores mantêm com o espaço, grupos e indivíduos vários vêm manifestando o interesse na patrimonialização do conjunto, reconhecendo-o como bem cultural universitário. Pretendemos com este artigo explorar as possibilidades e contradições da identificação e registro do Crusp como patrimônio cultural, avaliando tanto suas dimensões material e imaterial de valor. Exploramos alguns dos apelos à preservação do Crusp evidenciando os valores selecionados e os valores preteridos nos argumentos mobilizados. Concluímos defendendo a necessidade de evitar a caracterização exclusiva dos bens associados ao movimento moderno às suas características formais, explorando os processos de atribuição de valor que transcendam tal forma.

Palavras-chave: Universidade. Habitação. Inventariação.

Abstract

University of São Paulo Dormitories (“Conjunto Residencial da Universidade de São Paulo”, Crusp) make one of the most relevant architectural complexes in University of São Paulo: opened in 1963, it is a pioneering high scale modern architectural and urban experience on prefab housing construction in Brazil. Due to its architectural characteristics and affective relationships established between the complex and generations of former inhabitants, various groups and individuals have called for its preservation as a cultural heritage landmark. This paper aims to assess the possibilities and contradictions of the identification of Crusp as a cultural heritage asset, evaluating both its material and imaterial value dimensions. We look at some of the conservation appeals by some groups

and individuals trying to highlight the selective values chosen to support the preservation efforts as well those overlooked ones. We conclude by advocating for the necessity on avoiding the exclusive characterisation of modern movement-related cultural assets to its formal characteristics, highlighting value-setting processes transcending such forms.

Keywords: University. Housing. Heritage surveying.

Resumen

El Conjunto Residencial de la Universidad de São Paulo (Crusp) es uno de los conjuntos arquitectónicos más relevantes de la Universidad de São Paulo: inaugurado parcialmente en 1963, es una experiencia pionera en Brasil en prefabricación en gran escala para la producción de viviendas desde un enfoque arquitectónico y urbano notablemente moderno. Debido a sus características arquitectónicas y a la relación afectiva que generaciones de exresidentes mantienen con el espacio, diversos colectivos e individuos manifestaron interés por la patrimonialización del conjunto, reconociéndolo como bien cultural universitario. Pretendemos con este artículo investigar las posibilidades y contradicciones de la identificación y registro del Crusp como patrimonio cultural, evaluando su dimensión material, así como inmaterial de valor. Investigamos algunas de las solicitudes para la preservación de Crusp, destacando los valores seleccionados y los valores depreciados en los argumentos utilizados. Concluimos defendiendo la necesidad de evitar la caracterización exclusiva de los bienes relacionados al movimiento moderno y sus características formales, examinando los procesos de atribución de valor que trascienden tal forma.

Palabras clave: Universidad. Vivienda. Inventario.

O Conjunto Residencial da Universidade de São Paulo (Crusp) é caracterizado por um complexo arquitetônico de localização central na Cidade Universitária Armando de Salles Oliveira (Cuaso), principal campus da Universidade de São Paulo (USP), localizada na região do Butantã, Zona Oeste do Município de São Paulo. Parcialmente inaugurado em 1963, o Crusp apresenta escala e tamanho de destaque quando comparado às suas instalações e edificações vizinhas no *campus*. Lugar por excelência da vida universitária, o Crusp constitui um referencial de memória para as inúmeras gerações de estudantes que o habitaram, bem como um palco para manifestações culturais diversas.

Nesse sentido, ainda que não apareça em nenhum livro de tomo de qualquer das instâncias cabíveis, o Crusp é provavelmente um dos mais vivos e relevantes bens culturais da USP – com efeito, entre os espaços da universidade, trata-se certamente de um dos que mais condizem com os parâmetros previstos no artigo 216 da Constituição Federal, que prevê como patrimônio cultural, como é amplamente conhecido, os “bens portadores de referência à identidade, memória e ação” dos grupos formadores da sociedade. Neste sentido, o Crusp tem exercido em seu meio século de vida papel fundamental na definição de identidades, memórias e referências culturais para incontáveis levas de estudantes.

Para além de lugar da vida universitária e suporte de manifestações culturais, o Crusp também é tomado como um símbolo da luta dos estudantes por políticas de permanência estudantil. Cabe ainda associar ao complexo a noção de lugar de memória difícil ou dolorosa, visto que ele foi palco de episódios relevantes dos processos de repressão e resistência à ditadura civil militar ocorrida entre 1964 e 1985 (tendo sido, por exemplo, invadido pela polícia militar e testemunhado cenas de violação de direitos humanos) e é evocado como tal por variados grupos. Mesmo no período democrático o

Crusp presenciou novos episódios de invasão e repressão por parte da polícia militar em momentos de intensa mobilização estudantil, mantendo viva a referência simbólica de um “território livre¹” na universidade.

De localização privilegiada no campus universitário, próximo à sede da Reitoria, ao complexo da Administração Central, às instalações de assistência estudantil e cultura universitária (como o restaurante universitário, o Cinema da USP, o Auditório Camargo Guarnieri e o complexo da Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin), o Crusp, pelas suas características de implantação e de articulação com esses vários equipamentos, também constitui uma referência ou marco urbano e de paisagem para o público ampliado da universidade, para além dos estudantes que efetivamente moram no lugar. Como nos lembra Ulpiano Meneses (2012), “habitante” é aquele com quem um determinado lugar ou espaço estabelece uma relação de hábito: desta forma, percebemos no Crusp, em maior ou menor grau, variados grupos de “habitantes” que colaboram na constituição de uma atmosfera peculiar para o lugar, caracterizada por termos, rituais e práticas próprias.

Finalmente, em adição ao papel exercido na vida e na memória dessas diversas gerações de estudantes, trata-se ainda de um exemplar da história da arquitetura de São Paulo e da cultura arquitetônica local que se destaca sobretudo pelo papel de pioneirismo que lhe é atribuído na experimentação com sistemas de pré-fabricação em concreto armado durante os anos 1960. Ainda que se trate de uma experiência por vezes mitificada, o Crusp, com efeito, é um dos primeiros grandes empreendimentos públicos nos quais se investiu fortemente na pesquisa e implementação de soluções de pré-fabricação, por meio de projeto coordenado por uma equipe liderada por Joel Ramalho

Junior, Sidney Oliveira e pela figura normalmente mais lembrada e associada à obra, o arquiteto Eduardo Kneese de Mello.

Pretendemos com este artigo explorar os desafios, limites e potencialidades de inventariação do Crusp como bem cultural inserido especificamente no contexto do patrimônio cultural universitário. Nesse sentido, interessa-nos explorar as especificidades deste bem cultural para além de suas características arquitetônicas e de sua posição no cânone da arquitetura moderna paulista: ou seja, para além do reconhecimento do Crusp como um exemplar relevante da experiência moderna em São Paulo, pretendemos explorá-lo efetivamente como um exemplar vivo da arquitetura moderna, entendendo o patrimônio moderno em ação e não isolado dos contextos sociais, históricos, simbólicos e discursivos aos quais ele se articula.

Tomamos a expressão “em ação” emprestada da tradição dos chamados “estudos das ciências e tecnologia”, associados sobretudo à figura de Bruno Latour. O autor (1994, 2012) sugere que deve-se tomar as ciências como um objeto de estudo em movimento, em produção, inacabado, vivo, inserido numa teia de relações, discursos e de agências difusas e variadas. Desta forma, evita-se a armadilha do entendimento dos fatos científicos como caixas pretas, verdades acabadas e restritas a seus mecanismos internos e a uma lógica sem qualquer interação social². Com alguma licença poética, também entendemos que não só o estudo e identificação dos bens culturais como as próprias práticas de preservação e interpretação do patrimônio devam ser tomadas “em ação”, para além de uma caracterização dos bens culturais como

2 De fato, o autor sugere uma abordagem “simétrica”, que ultrapasse dicotomias então usuais nos estudos de epistemologia, filosofia, antropologia e sociologia da ciência: nem de um lado entendendo-a como algo puramente transcendente, exterior à esfera social e dela independente, nem algo apenas imanente à esfera social, reduzida a construção social. Apesar de soar construtivista, o autor insiste em se afirmar como realista.

1 Para mais informações sobre a relação do Crusp com o movimento estudantil e com a mobilização de resistência contra a ditadura civil militar, conferir Silva, 2019.

artefatos acabados, restritos à descrição consolidada em fichas de inventariação e preservados segundo uma perspectiva interessada exclusivamente em suas características tectônicas ou estilísticas.

Desta forma, os traços de vida do bem cultural, as pequenas alterações cotidianas em sua materialidade, as variadas percepções e representações produzidas e reverberadas por distintos grupos sociais são igualmente fundamentais para a constituição de uma adequada caracterização do patrimônio em adição àquelas características materiais (estilísticas, tectônicas, espaciais). Trata-se, portanto, de lançar um olhar para as adições usualmente descritas como “espúreas” ou para formas de ocupação normalmente tidas como inadequadas e entendê-las como potencialmente legítimas formas de interação entre os habitantes e o espaço habitado: mais do que interferências supostamente descaracterizadoras do bem cultural, tais interações e expressões são potenciais marcas do patrimônio vivido e praticado pelos sujeitos que, efetivamente, são os protagonistas nos processos de atribuição de valor.

Desta forma, esperamos com tal abordagem colaborar para a superação da dicotomia entre as dimensões material e imaterial no tratamento de bens arquitetônicos. Este trabalho se insere ainda no conjunto mais amplo de iniciativas promovidas pelo Centro de Preservação Cultural da USP (CPC) na identificação, preservação e valorização do patrimônio cultural da Universidade de São Paulo e se soma a outras produções recentes nossas (2019) sobre as particularidades da preservação da arquitetura moderna como patrimônio cultural universitário. Sediado no imóvel conhecido como “Casa de Dona Yayá”, o CPC é um órgão ligado à Pró-Reitoria de Cultura e Extensão Universitária da USP que tem por missão promover ações e reflexões sobre o conjunto de bens culturais reunidos pela Universidade de São Paulo, em suas várias dimensões. Ao lançar um olhar para um conjunto arquitetônico como o Crusp,

não reconhecido oficialmente como bem cultural por nenhum órgão de preservação, colaboramos ainda para o debate sobre as especificidades do patrimônio universitário.

A arquitetura do Crusp

Pra uma devida apresentação e análise da trajetória arquitetônica, construtiva e de ocupação do Crusp, referimo-nos ao trabalho de Flávia Brito do Nascimento e Nilce Aravecchia Botas (2014), bem como ao magistral trabalho de Neyde Joppert sobre a história dos projetos urbanísticos para a Cidade Universitária da USP (2019). Partiremos, portanto, destas considerações para explorar as potencialidades do Crusp como bem cultural universitário. O documento A recuperação do Crusp, produzido pela Superintendência do Espaço Físico da USP (SEF), também apresenta uma boa síntese da trajetória do projeto e da obra (2009).

Nesse sentido, a título de contextualização, cabe uma breve descrição da obra: o Crusp foi inaugurado em 1963 a partir de projeto dos já referidos Eduardo Kneese de Mello, Joel Ramalho e Sidney de Oliveira. O projeto articula um conjunto de doze lâminas residenciais de seis pavimentos cada, construídas sobre pilotis, dispostas alternadamente ao longo de um eixo caracterizado por uma marquise para pedestres – seis lâminas de um lado e seis de outro, distanciadas em oitenta metros uma da outra. O projeto foi desenvolvido e detalhado pelo Fundo de Construção da Universidade de São Paulo (Fundusp), que também coordenou as obras. A referência aos edifícios laminares das superquadras brasilienses (de gabarito semelhante) é evidente, embora a implantação particular e rígida alternada ao longo de um eixo imprima uma escala distinta para o conjunto. Cada bloco apresentava originalmente 60 apartamentos, destinados cada um à moradia de três estudantes.

A construção dos seis primeiros blocos (A, B, C, D, E e F) recebeu recursos do governo do Estado para alojar os atletas que

participariam dos Jogos Panamericanos que ocorreriam em São Paulo em 1963. Os demais blocos seriam construídos gradativamente (alguns deles permanecendo em obras durante longos períodos, sendo os blocos H e I até mesmo eventualmente demolidos devido à inconclusão).

A posterior demolição do Bloco J, em particular, parece especialmente absurda, pois teria sido legitimada pela necessidade de recuperar um virtual eixo monumental que teria como ponto focal o edifício da Reitoria e passaria pela torre localizada na Praça do Relógio, vizinha ao Crusp. Tal configuração é resquício de um dos vários planos urbanísticos para a Cidade Universitária que foram implantados apenas parcialmente e se acumularam uns sobre os outros – alguns de caracterizados por um traçado urbano tradicional, outros mais modernos. Com efeito, tal eixo hoje é em grande medida ilegível para quem frequenta ou visita o campus, que se revela na prática uma espécie de bricolagem de modelos e concepções urbanísticas.

Enquanto nos seis primeiros blocos foram adotadas estruturas convencionais de concreto armado, nos seguintes ocorreu aquela que é considerada uma das primeiras grandes e sistemáticas experiências de pré-fabricação em concreto no Brasil: pilares, vigas, lajes e elementos de vedação pré-fabricados foram utilizados na construção, contribuindo para dotar até hoje o conjunto de uma aura particular na história da arquitetura em São Paulo – soma-se a isto o papel atribuído ao próprio arquiteto Eduardo Kneese de Mello no cânone paulista, normalmente associado a outras experiências de pré-fabricação e mesmo à militância em defesa da profissão e da arquitetura moderna.

A trajetória de ocupação do Crusp, seja como um complexo de moradia estudantil, segundo seu projeto original, seja como um conjunto de edifícios de usos burocráticos (que ainda caracterizam parcialmente o conjunto, visto que a administração central

da universidade ainda ocupa os blocos K e L) explicita disputas e contradições próprias da experiência universitária, refletindo mesmo o protagonismo estudantil como força propulsora de transformações de uso dos edifícios. Como apontam Flávia Brito e Nilce Aravecchia (2014: 170):

Não é coincidência que a luta pela moradia, que protagoniza grande parte dos conflitos urbanos, também tenha sido o centro nevrálgico de uma série de disputas no interior da instituição universitária. A reivindicação pela autogestão do alojamento estudantil se aproxima da luta por autonomia universitária, reproduzindo os clamores do direito à habitação e à cidade. (...)

Para além dos temas do direito à moradia que ecoam no direito à educação, o habitar universitário mobiliza pertencimentos e afetos pelos efeitos de permanência que geram. Nos espaços universitários talvez aqueles que mais claramente ligados à vida cotidiana, como a moradia, são aqueles onde as relações mais longevas se estabelecem e que, portanto, viabilizam operações de memória.

Com efeito, foi pela ação direta dos estudantes que, em mais de um momento, viabilizou-se a ocupação dos edifícios como moradia estudantil: embora tenham sido construídos com tal finalidade, foi a ocupação dos edifícios pelos estudantes organizados, nos anos 1960, que acelerou sua liberação por parte da Reitoria. Em 1968, contudo, o conjunto seria invadido pela polícia militar e esvaziado como desdobramento das políticas de repressão da ditadura-civil militar: o uso como moradia estudantil só seria retomado mais de dez anos depois, em 1979, com nova ação organizada de estudantes.

Em seu meio século de inserção na vida universitária (Figura 1), o Crusp sofreu alterações materiais, de usos e ocupações e de implantação. Como apontamos, após a construção dos seis blocos iniciais, a conclusão dos blocos seguintes seguiu ritmos diversos, levando mesmo eventualmente à demolição, desmontagem ou desistência de construção de algumas das lâminas.

No interior dos blocos, a configuração interna também sofreu alterações em relação ao projeto liderado por Kneese de Mello, que previa dormitórios e varandas compartilhadas: atualmente os blocos se dividem em pequenos “apartamentos” com, cada um, três pequenos dormitórios individuais. Além do uso habitacional, os edifícios já receberam atividades administrativas e dois deles permanecem nessa condição.

Os espaços entre as lâminas, idealizados na forma de gramados contínuos interrompidos apenas pelos pilotis ou pela marquise central, foram ocupados com equipamentos culturais e administrativos variados – entre os quais as estruturas conhecidas como “Colmeias”, onde se encontram o Cinema da USP (Cinusp) e a antiga sede do Instituto de Estudos Brasileiros, atualmente ocupada pelo Núcleo de Consciência Negra e um cursinho popular, entre outros órgãos. Também se verificam entre os blocos edificações como a sede da Superintendência de Assistência Social, a vivência central – onde se localiza a sede do Diretório Central dos Estudantes – o restaurante universitário (conhecido como “Bandeirão central”) e a antiga sede do Museu de Arte Contemporânea (atualmente um espaço expositivo da Escola de Comunicações e Artes). Separados das demais lâminas pela rua construída em lugar do demolido bloco J a fim de recuperar o já citado antigo eixo monumental da universidade, os blocos K e L também foram complementados por uma estrutura de anexos térreos.

Em síntese, numa visão panorâmica, verificamos portanto no conjunto arquitetônico e urbanístico do Crusp uma espécie de bricolagem urbana similar à já citada bricolagem de modelos e concepções urbanísticas que caracteriza toda a Cidade Universitária: são gerações de gestões reitorais que imprimiram ao local alterações por meio de novas edificações, demolições, mutilações, anexos e mesmo “puxadinhos” improvisados que adicionam à

atmosfera do conjunto uma espécie de “pátina institucional”. Se o resultado parece confuso e um tanto quanto desordenado, contudo, é justamente essa “pátina institucional” que, por meio da concentração de usos, fluxos e públicos distintos, dá ao lugar algum sentido de urbanidade em um espaço tão árido e pouco vivo como o da Cidade Universitária.

O problema da descaracterização

A inserção do Crusp no imaginário arquitetônico paulista (seja como exemplo excepcional e pioneiro de pré-fabricação, seja como experimento arquitetônico e urbanístico de implantação de um “grande conjunto habitacional” de caráter moderno na universidade, seja como exemplar da obra do arquiteto Kneese de Mello) em adição a seu caráter de símbolo do movimento estudantil e das lutas por políticas de permanência e autonomia universitária, bem como o fato do lugar ser palco e suporte de práticas culturais e estudantis as mais diversas, contribuem para a caracterização do conjunto como patrimônio cultural. Contudo, este conjunto de valores sugere perspectivas sobre o patrimônio distintas: é mais relevante caracterizar o Crusp como um exemplar precioso da arquitetura moderna paulista ou seria o caso de tomá-lo como um lugar da vida universitária – “lugar”, neste caso, entendido como uma das categorias de registro de patrimônio imaterial definidas pelo Iphan?

Em novembro de 2019 foi publicado no periódico Minha cidade, do relevante portal de arquitetura e urbanismo Vitruvius, um artigo intitulado “O assassinato arquitetônico do Crusp”, de autoria de Álvaro Rodrigues dos Santos – geólogo e ex-morador do conjunto residencial. Recebemos com satisfação a publicação do texto, visto que, para além de seu mérito acadêmico, trata-se também de um interessante manifesto pelo reconhecimento do Crusp como patrimônio cultural e um apelo à sua adequada preservação. Trata-se, ainda, do efetivo

testemunho de um ex-habitante que explicita o espaço como uma referência cultural e de memória relevante para a construção de sua identidade.

Consideramos, contudo, que se de um lado o apelo à preservação apresenta méritos inquestionáveis, por outro, mobilizam-se argumentos que talvez insistam na caracterização do conjunto como uma excepcionalidade arquitetônica, reforçando um entendimento do patrimônio como um artefato isolado, anulando justamente as dimensões do espaço vivido apontadas pelo autor.

O autor fundamenta suas críticas a um suposto “desfiguramento” do Conjunto, desvirtuando os méritos associados ao projeto original. De fato, apenas cinco anos após sua inauguração, o Crusp foi invadido pela polícia militar após a publicação do Ato Institucional n.º 5, em fins de 1968, levando ao seu esvaziamento e à anulação da resistência por parte dos estudantes à promoção de alterações desejadas pela burocracia universitária: pilotis foram fechados e espaços de encontro e de vivência foram ocupados por outros usos burocráticos. Também nesse contexto se deu a absurda demolição do já citado Bloco J.

Se os acontecimentos do período de exceção – em que se deu inegável e violenta repressão à mobilização estudantil – configuram uma dolorosa cicatriz na trajetória da universidade, a reocupação do Crusp por parte dos estudantes a partir de 1979 também se caracteriza por um processo de sucessivas adaptações e de estabelecimento de marcas materiais da presença dos estudantes. Ao longo de três décadas produziram-se hortas coletivas nos jardins, ocuparam-se salas nos térreos fechados com as mais variadas atividades estudantis, formas distintas de ocupação dos espaços livres se desenvolveram e, com variados graus de regularidade, instalaram-se nos pavimentos térreos atividades comerciais – como padarias, lanchonetes, papelarias, etc – que



FIGURA 1. TRAJETÓRIA DE OCUPAÇÃO DOS ESPAÇOS ENTRE AS LÂMINAS DO CRUSP. VERIFICAR USOS ATUAIS NA FIGURA 2. OS PERÍODOS SÃO OS SEGUINTE: 1. ANOS 1960; 2. ANOS 1970; 3. ANOS 1980; 4 E 5. ANOS 2000. ELABORAÇÃO DE BEATRIZ BARSOUMIAN.

dotaram o complexo (que, de resto, parecia seguir a lógica usual do urbanismo tipo CIAM) de um mínimo sentido de urbanidade. Estabeleceu-se, portanto, uma espécie de “pátina imaterial” no conjunto, marcada pelo acúmulo de práticas sociais e culturais de sucessivas gerações de estudantes.

Para o autor do referido texto, contudo, a recuperação de uma suposta configuração original do Crusp passaria pela adaptação do complexo a uma forma ideal associada àquela prevista no projeto de Kneese de Mello, Ramalho e Oliveira, superando, portanto, a “descaracterização” ou “desfiguração” do conjunto. Isto envolveria a reconversão dos pavimentos térreos à condição de pilotis e à eventual demolição dos vários equipamentos construídos entre as lâminas, de modo a reconstituir a imagem ideal de um conjunto urbano moderno à moda Ciam.

O texto também faz referência ao já citado documento A recuperação do Crusp, produzido pela Superintendência do Espaço Físico da USP em 2009. O documento sugere uma reconversão ainda mais intensa, propondo a recuperação de “transparências, cores e texturas originais” (p. 17), bem como pela instalação de caixilhos “similares aos originais”. Além disso, sugere que “toda a área verde entre os blocos do Crusp deverá ser somente gramada, evitando-se o plantio de árvores, para assegurar a visualização ampla dos blocos e as perspectivas do pedestre.” Finalmente – seguindo um artifício recorrente em casos como esse –, o documento apela a uma ação que poderia ser grosseiramente chamada de “educação patrimonial” para com os habitantes (p. 18), a fim de supostamente conscientizá-los: “Devem ser feitas campanhas regulares dirigidas aos moradores sobre a preservação do Crusp.”

Caracterizando o patrimônio cultural universitário

O que se sugere a partir das formulações e argumentos citados acima é uma proposta de patrimonialização do Crusp que reitere os seus valores como um documento exemplar da arquitetura e urbanismo modernos em São Paulo, menosprezando ou mesmo ignorando as demais dimensões daquele espaço como referência cultural e lugar de memória de seus habitantes e ex-moradores. Em que pese o bem-intencionado apelo à memória do Crusp expresso no texto de Santos, os argumentos são mobilizados no sentido de caracterizar o Crusp como um espécime modernista numa redoma, em uma espécie de museu da modernidade e de si mesmo – para usar a expressão consagrada por Gorelik (2005) sobre Brasília.

Em outra produção nossa (Fernandes, 2019), já alertamos para a forma como o patrimônio cultural universitário costuma ser reduzido às expressões arquitetônicas consagradas pelo cânone, isolando-as em relação às especificidades da vida universitária: casos célebres como o das cidades universitárias de Caracas ou da Cidade do México, inscritas na lista de patrimônio da humanidade da Unesco, são valorizadas sobretudo pela sua posição no imaginário arquitetônico e menos por se constituírem de referências relevantes para as comunidades universitárias.

Em consonância com os alertas que vêm promovendo autores como Meneses (2012, 2017), acreditamos, em oposição a esta abordagem, que a adequada preservação do patrimônio cultural – ligado ou não ao movimento moderno – envolva necessariamente um olhar cuidadoso para a matriz dos distintos processos de atribuição de valor, reconhecendo igualmente os vários grupos sociais articulados aos bens. A imposição de um único conjunto de valores à preservação de um dado bem recai naquilo que Paulo Freire (2002) chamaria de “invasão cultural”, caso em que determinados sistemas

de valores (nesse caso um código estético particular) impõem-se sobre os demais.

Na mesma medida, autores como Gonçalves (2015) alertam para a necessidade de desnaturalização da relação direta entre preservação e memória e entre destruição e esquecimento: a imposição de uma dada forma como ideal de preservação não necessariamente garante a consolidação da memória como pode inclusive impor apagamentos e esquecimentos. Neste sentido, há aspectos e rituais da experiência cruspiana que talvez devam ser valorizados tanto quanto sua posição excepcional na história da arquitetura paulista: tal experiência é marcada por práticas consolidadas e cultivadas de geração cruspiana para geração cruspiana.

Entre elas, podemos destacar o célebre grito de “Canalha!” celebrado pelos moradores do conjunto, verdadeiro ritual associado à identidade cruspiana e compartilhado, em maior ou menor medida, entre os variados moradores: em certas situações, normalmente à noite, em função de algum desejo de protesto incentivado por algum episódio da vida política nacional ou local ou por mero desejo de expressão coletiva sem qualquer outro motivo aparente, centenas de cruspianos dirigem-se às suas janelas para gritar de forma conjunta e catártica a expressão “Canalha!”.

Interações entre os habitantes e o espaço

O grito de “Canalha!” talvez seja o exemplo mais significativo da necessidade de qualquer tipo de ação de patrimonialização do Crusp incorporar o levantamento das práticas, manifestações, significados e sentidos atribuídos ao conjunto pelos moradores. Longe de qualquer folclorização, no entanto, trata-se de entender as complexas camadas de significado que as várias formas de ocupação imprimem ao espaço.

Apresentamos a seguir algumas formas de interação dos habitantes com o espaço habitado que, num trabalho de inventariação mais profundo e sistemático, podem indicar processos de atribuição de sentido e de valor. Tratam-se de práticas, lugares e espaços (Figura 2) espalhados pelo território do Crusp que muitas vezes passam despercebidos a uma visita ao lugar com interesse puramente arquitetônico – eventualmente constituem mesmo práticas ou adições materiais consideradas “descaracterizadoras” daquela arquitetura a um olhar mais conservador.

Um desses espaços é aquele conhecido como “Ágora”. Embora tal alcunha possa sugerir um grande espaço aberto, trata-se de fato de um “cantinho” junto ao Restaurante Universitário e ao bloco F do Crusp no qual se realizam reuniões políticas, saraus, apresentações culturais, entre outras atividades normalmente organizadas de forma autônoma pelos moradores. Dada a relação por vezes tensa e problemática entre os moradores e a Superintendência de Assistência Estudantil (SAS), responsável pela gestão do conjunto, tal espaço é eventualmente interpretado como um marco da auto-organização estudantil, visto que, além de sediar debates políticos, fica próximo do chamado “espaço livre de artes” – uma parede do bloco F destinada pela SAS a intervenções artísticas que, pelo disciplinamento centralizado de seu uso, é entendida por parte dos moradores como uma forma de capturar ou neutralizar a potência criativa e política dos estudantes. O local também fica próximo da sede da Associação de Moradores do Crusp “Rafael Kauan” (conhecida pela sugestiva sigla “Amorcrusp”), também no térreo do bloco F e de sala multi-uso administrada pelos estudantes. A “Ágora” e esse conjunto de pequenos espaços conquistados em meio à estrutura arquitetônica se revelam o tipo de espaço repleto de significados que permanecem invisíveis aos “não iniciados”, mas constituem um marco cotidiano afetivo relevante para seus habitantes.

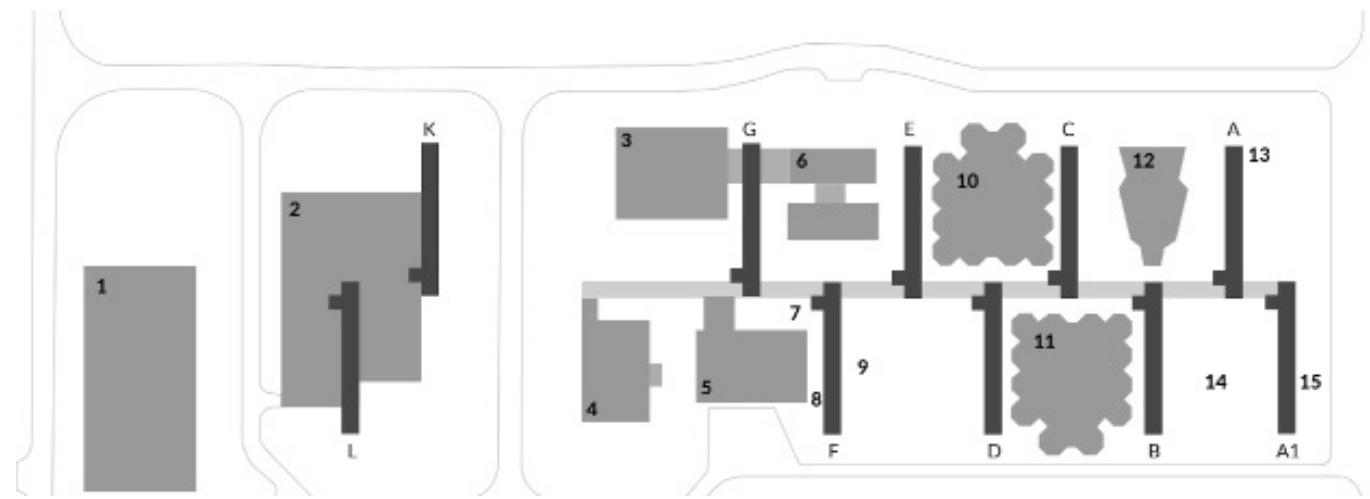


FIGURA 2. DISTRIBUIÇÃO DE USOS E OCUPAÇÕES ATUAIS EM MEIO AOS BLOCOS DO CRUSP. AS LETRAS SE REFEREM AOS BLOCOS. OS NÚMEROS SÃO OS SEGUINTE: 1. COMPLEXO BRASILEIRA (SEDE DO INSTITUTO DE ESTUDOS BRASILEIROS E DA BIBLIOTECA BRASILEIRA GUITA E JOSÉ MINDLIN). 2. COMPLEXO DA ADMINISTRAÇÃO CENTRAL. 3. ANTIGA SEDE DO MUSEU DE ARTE CONTEMPORÂNEA. 4. VIVÊNCIA. 5. RESTAURANTE UNIVERSITÁRIO (“BANDEJÃO CENTRAL”). 6. SEDE DA SUPERINTENDÊNCIA DO ESPAÇO FÍSICO. 7. ESPAÇO “ÁGORA”. 8. PAPELARIA “USPAPEL”, PADARIA “USPÃO”, AMORCRUSP, SALA MULTI-USO. 9. HORTA. 10. ESPAÇO DAS “COLMEIAS” (SEDE, ENTRE OUTROS, DO CINUSP). 11. ANTIGA SEDE DO INSTITUTO DE ESTUDOS BRASILEIROS, ATUAL NÚCLEO DE CONSCIÊNCIA NEGRA E CURSINHO POPULAR. 12. AUDITÓRIO CAMARGO GUARNIERI. 13. BLOCO DAS MÃES. 14. BOSQUE. 15. SALA DO “BRECHÓ”. ELABORAÇÃO DE BEATRIZ BARSOUMIAN.

Ainda na extensão do térreo do bloco F encontram-se instalações de apoio ao dia-a-dia dos estudantes, como uma padaria conhecida popularmente como “USPão” e uma papelaria conhecida por “USPapel”. Para além das alcunhas jocosas, tratam-se de instalações inseridas numa lógica de tensionamento da relação entre moradores e superintendência, visto que constituem iniciativas comerciais que muitas vezes fogem aos regulamentos usuais para tais atividades. No gramado entre os blocos F e D encontra-se uma horta acroecológica de iniciativa comunitária, iniciada por meio de bolsas estudantis.

No interior dos blocos, o espaço existente em todos os andares, na extremidade das lâminas, destinado ao estabelecimento de cozinhas comunitárias já se revelou no dia-a-dia dos estudantes um ponto de encontro para realização de breves festas, cafés, refeições coletivas, etc, constituindo-se de um espaço comum em adição aos “apartamentos”. Acusações de falta de manutenção dos equipamentos, contudo, levaram à diminuição da frequência com que tais atividades ocorrem. Contudo, para além desse espaço pensado desde o

início como de uso coletivo, verificam-se ao longo dos corredores de acesso às unidades uma diluição da fronteira entre o público e o privado (ou, mais propriamente, entre os espaços de uso comum e de uso privativo), por meio de inserções e apropriações que imprimem na materialidade dos edifícios um conjunto peculiar de marcas de vida de seus habitantes: são adesivagens, cartazes, pixos/grafites, lambe-lambes, cadeiras, poltronas, varais, vegetação, entre outras formas de apropriação do espaço que sugerem aos corredores uma atmosfera de jardim urbano ou mesmo de rua.

Mesmo espaços problemáticos são objeto de inserções, transformações e apropriações, como é o caso das escadas de emergência: pensadas como uma rota de fuga no projeto original, tais escadas são hoje incompatíveis com as atuais normas de segurança, o que relativiza sua função dada a sua configuração: são abertas, seus degraus não possuem espelhos, não chegam ao térreo (são interrompidas no primeiro andar). Os moradores, contudo, as transformaram em uma espécie de jardim vertical, constituindo espaços de estar inusitados.

Tais inserções por vezes até estabelecem redes informais de comércio solidário entre os moradores – eventualmente tais redes se efetivam mesmo na forma de “brechós” e feiras de troca, compra e venda de objetos que têm lugar nos espaços coletivos.

A aura de resistência política e cultural associada ao lugar é fortemente cultivada por parcelas significativas dos moradores: verifica-se no dia-a-dia do conjunto o desejo pelo registro da memória do lugar e mesmo pela necessidade de informar as novas gerações do legado do conjunto. Em que pese a eventual proliferação de mitos sobre o lugar, são inúmeras as iniciativas de memorialização e mesmo de história pública a respeito do Crusp.

Apesar da eventual romantização do legado político e cultural do lugar, trata-se de um conjunto que se insere efetivamente num circuito de fomento e produção criativa na cidade: passam por ele poetas, artistas, escritores e intelectuais em formação. Longe, no entanto, de uma descrição laudatória do Crusp como um território criativo excepcional, interessa-nos pensar no potencial desses várias interações cotidianas (Figuras 3, 4 e 5), normalmente invisibilizadas ou tidas como descaracterizadoras, como elementos relevantes no reconhecimento do lugar como bem cultural. O que descrevemos acima, portanto, é ainda resultado de abordagens exploratórias sobre o lugar que ensejam um trabalho mais profundo e sistemático de inventariação.



FIGURA 3. ESPAÇO “ÁGORA” E, AO FUNDO, “ESPAÇO LIVRE DE ARTES”. FOTOGRAFIA DE GABRIEL FERNANDES.

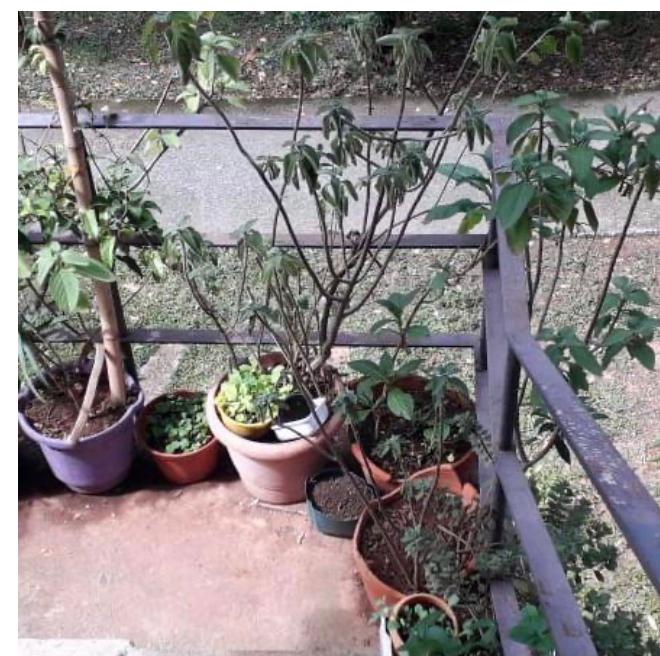


FIGURA 4. ESCADA EXTERNA DE UM DOS BLOCOS DO CRUSP. FOTOGRAFIA DE JOÃO PEDRO BARBOSA.

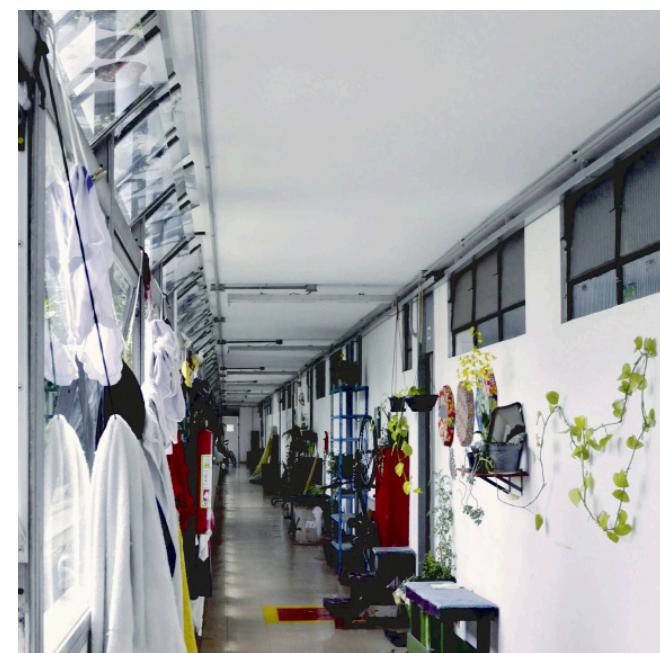


FIGURA 5. APROPRIAÇÃO DO CORREDOR DE ACESSO ÀS UNIDADES. FOTOGRAFIA DE JOÃO PEDRO BARBOSA.

Possibilidades de inventariação

O fato do Crusp não ter sido ainda oficializado como patrimônio cultural – visto não ser tombado – talvez constitua neste momento uma vantagem para o debate em torno de sua salvaguarda como bem cultural, visto que estão em aberto quais perspectivas adotar. Procuramos ao longo desta comunicação argumentar pela não limitação do tratamento do patrimônio moderno como um mero conjunto de exemplares caracterizados por uma forma fechada, hermética, aproximada o máximo possível de uma imagem ideal do que deveriam ser as obras do movimento moderno.

Neste sentido, entendemos a necessidade de que os trabalhos de inventariação arquitetônica, para além dos levantamentos construtivos, estilísticos, etc, incorporem ainda pesquisas da seguinte ordem:

- abordagens de caráter etnográfico que produzam uma descrição densa dos vários rituais, manifestações, tradições e demais práticas consolidadas que tenham lugar no conjunto, promovidas pelos moradores e eventualmente transmitidas de geração em geração cruspiana. Tal levantamento revelará relações simbólicas com determinadas estruturas, lugares e espaços do Crusp que talvez sejam invisibilizadas pela primazia à caracterização apenas como exemplar excepcional da arquitetura moderna. Ao contrário tais levantamentos têm o potencial de apontar as especificidades das características modernas (e de suas apropriações, mutilações e transformações) no desenvolvimento dessas práticas.
- cartografias coletivas e coletas de depoimentos e ações de história oral, tanto quanto for o desejo dos moradores e demais interessados, a respeito dos diferentes sentidos atribuídos aos espaços.
- levantamentos arquitetônicos “simétricos” (adaptando de forma livre a ideia de uma “antropologia simétrica” de Latour, previamente referida): trata-se da necessidade de constituir metodologias de análise arquitetônica que atribuam um mesmo valor tanto às formas “originais” consagradas na materialidade dos edifícios, associadas ao imaginário arquitetônico, quanto às várias mutilações,

transformações e apropriações materiais promovidas cotidianamente pelos moradores.

As práticas de inventariação do patrimônio material podem se enriquecer fortemente com a incorporação de métodos já consagrados de identificação de bens imateriais. Com tais considerações, acreditamos que uma melhor caracterização da experiência cruspiana contribua para uma efetiva e melhor salvaguarda. Afinal, como nos ensina a boa tradição teórica, práticas culturais dependem de vetores materiais, mas tais vetores perdem qualquer sentido quando alijados das práticas. O desafio, portanto, está em identificar as relações simbólicas dos vários personagens do Crusp com suas características materiais – características tão marcadamente associadas ao movimento moderno.

Referências:

CABRAL, Neyde Joppert. **A Universidade de São Paulo: modelos e projetos.** São Paulo: Edusp, 2019.

FERNANDES, Gabriel. **Lacunas e destaques na patrimonialização da arquitetura moderna na Universidade de São Paulo: o caso dos edifícios tombados em 2018 pelo Conselho Municipal de Preservação de São Paulo.** In: Anais do 13º Seminário Docomomo Brasil. Salvador, 2019.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **O mal estar no patrimônio: identidade, tempo e destruição.** Estudos históricos, Rio de Janeiro, v. 28, n. 55, p. 211–228, janeiro–junho 2015.

GORELIK, Adrian. **Das vanguardas à Brasília: cultura urbana e arquitetura na América latina.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005

LATOUR, Bruno. Ciência em ação. **Como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora.** São Paulo: Editora Unesp, 2012.

_____. **Jamais fomos modernos.** Ensaio de antropologia simétrica. São Paulo: Editora 34, 1994.

MENESES, Ulpiano. **O campo do patrimônio cultural: uma revisão de premissas.** In: Anais do I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural. Ouro Preto: IPHAN, 2012. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/MENESES_Ulpiano_O-campo-do-patrimonio-cultural-uma-revisao-de-premissas.pdf. Acesso em: novembro de 2020.

_____. **Repovoar o patrimônio ambiental urbano.** Observatório Itaú Cultural, n. 22, mai.–nov./2017.

NASCIMENTO, Flávia Brito do; BOTAS, Nilce Cristina Aravecchia. **Habitação estudantil e conjuntos residenciais na USP: o Crusp da pré-fabricação à preservação.** In: LIRA, José Tavares Correia de (org.). Patrimônio construído da USP: preservação, gestão e memória. São Paulo: Edusp, 2014, p. 168–199.

SANTOS, Álvaro Rodrigues dos. **O assassinato arquitetônico do Crusp. Um histórico do conjunto habitacional projetado pelos arquitetos Eduardo**

Kneese de Mello, Joel Ramalho Júnior e Sidney de Oliveira. Minha cidade, São Paulo, ano 20, n. 232.03, Vitruvius, nov. 2019. Disponível em <https://www.vitruvius.com.br/revistas/read/minhacidade/20.232/7537>.

SILVA, Dayane Soares. **“Informar para prevenir. Agir para reprimir.”** A repressão política dopsiana ao movimento estudantil universitário de São Paulo na ditadura civil-militar brasileira (1968–1978). Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

SUPERINTENDÊNCIA DO ESPAÇO FÍSICO DA USP. **A recuperação do Crusp.** São Paulo: SEF-USP, 2009. Disponível em http://www.sef.usp.br/wp-content/uploads/sites/52/2015/05/SP-PD-CRUSP_-2009.pdf

NÚCLEO DOCOMOMO SÃO PAULO

São Paulo, Brasil.

Fernando Guillermo Vázquez Ramos
Coordenador

Mirthes Baffi
Vice-Coordenadora

UNIVERSIDADE SÃO JUDAS TADEU

São Paulo, Brasil

Mônica Orcioli
Reitora

PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

Sandra Regina Mota Ortiz
Diretora

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
STRICTO SENSU EM ARQUITETURA E
URBANISMO**

Fernando Guillermo Vázquez Ramos
Coordenador

do-
co-
mo-
mo

NÚCLEO DOCOMOMO SÃO PAULO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU EM ARQUITETURA E URBANISMO

Rua Taquari, 546 - 2o andar (Pesquisa e Pós-graduação - PPS) - Mooca
São Paulo-SP | Brasil / CEP 03166-000 | 55 11 2799-1677
pgaur@usjt.br | nucleo.docomomo.sp@gmail.com

São Paulo-SP | Brasil

• • • • •
2020